



Movimento

ISSN: 0104-754X

stigger@adufrgs.ufrgs.br

Escola de Educação Física

Brasil

Lacerda Abrahão, Bruno Otávio de; Soares, Antonio Jorge
O Que o Brasileiro Não Esquece Nem a Tiro É o Chamado Frango de Barbosa: questões sobre o
racismo no futebol brasileiro
Movimento, vol. 15, núm. 2, abril-junio, 2009, pp. 13-31
Escola de Educação Física
Rio Grande do Sul, Brasil

Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=115315433002>

- Como citar este artigo
- Número completo
- Mais artigos
- Home da revista no Redalyc

redalyc.org

Sistema de Informação Científica
Rede de Revistas Científicas da América Latina, Caribe, Espanha e Portugal
Projeto acadêmico sem fins lucrativos desenvolvido no âmbito da iniciativa Acesso Aberto

O Que o Brasileiro Não Esquece Nem a Tiro É o Chamado Frango de Barbosa:¹ questões sobre o racismo no futebol brasileiro.

Bruno Otávio de Lacerda Abrahão*

Antonio Jorge Soares**

Resumo: O texto analisa a culpa atribuída ao ex-goleiro Barbosa pela derrota brasileira na Copa de 1950 à luz do debate sobre raça e racismo no Brasil. Do ponto de vista da História Cultural, a presença do debate racial em textos acadêmicos (DAMATTA, 1982; VOGEL, 1982; GORDON JÚNIOR., 1996) que apontam o ex-goleiro como o algoz desta derrota expressam os significados sobre as relações raciais na cultura brasileira. No plano simbólico, o negro Barbosa tornou-se um dos emblemas necessários para denunciar as representações sobre "raça" e a sobreposição de narrativas sobre a especificidade do racismo na sociedade brasileira.

Palavras-chave: Futebol: História. Brasil: Preconceito. Copa de 1950. Barbosa.

A maior pena que existe para um crime no Brasil é de trinta anos. Mas desde 1950 eu sou condenado. (Barbosa)²

1 INTRODUÇÃO

A derrota do Brasil para o Uruguai, na Copa do Mundo de 1950, no então recém-inaugurado Maracanã, é constantemente lembrada pela mídia, por cronistas esportivos ou literatos que elegem o futebol como foco de suas análises. Essa lembrança ocorre,

¹ RODRIGUES, (1994, p. 64). Expressão originalmente publicada em "Manchete Esportiva" (20 maio 1959).

* Doutorando no Programa de Pós-Graduação em Educação Física da Universidade Gama Filho. Docente da Faculdade Santa Rita e do Centro Universitário Metodista Izabela Hendrix. Belo Horizonte, MG, Brasil. E-mail: bolabra@gmail.com

** Professor do Programa de Pós-Graduação em Educação Física da Universidade Gama Filho. Professor da UFRJ. Pesquisador do CNPq. Universidade Federal do Rio de Janeiro, RJ, Brasil. E-mail: ajsoares@globomail.com

² MORAES NETO (2000, p. 118).

sobretudo, porque as justificativas da derrota são ancoradas nas representações raciais sobre negros e mulatos no Brasil. Desta forma, o objetivo deste artigo é analisar a lembrança da culpa atribuída ao ex-goleiro Barbosa – considerado o algoz da derrota brasileira naquela Copa – à luz do debate sobre raça e racismo no Brasil.

O que significa a constante rememoração de Barbosa, nos textos de natureza acadêmica, como denúncia da existência do racismo na sociedade brasileira? O que significa a imagem de Barbosa como um fato empírico da existência do racismo na produção intelectual sobre o futebol brasileiro? Neste momento, o que nos interessa é analisar a formação discursiva na cultura brasileira, partindo de textos acadêmicos, sobre o debate racial no Brasil.

A discussão intelectual sobre a questão racial no Brasil oscilou entre dois polos quase opostos. As interpretações culturalistas de Gilberto Freyre, nos anos 20 e 30, trouxeram esperança para um quadro que era temeroso, pautado, por sua vez, em interpretações racialistas. Aqueles que o liam, recebiam o primeiro estudo acadêmico do caráter nacional brasileiro que lhes dizia, sem ambiguidades, que o Brasil poderia orgulhar-se da sua civilização nos trópicos (FREYRE, 1933). Através de Gilberto Freyre, diz Guimarães (2004), a identidade do Brasil finca seus pilares na ideologia nacional da “democracia racial”.

No limite, tal ideologia mantinha a opinião de que a raça e a cor da pele não faziam, praticamente, qualquer diferença no Brasil: “nosso racismo é melhor, porque é mais brando que os outros”. Esta é uma das versões do mito da democracia racial que não para de crescer entre os brasileiros (SCHWARCZ, 2003, p. 237). “Racismo cordial” ou “Paraíso racial” são outras expressões sob as quais repousa o drama da narrativa sobre a identidade nacional.

A identidade é definida em relação a algo que lhe é exterior. Em outro sentido, a identidade possui uma outra dimensão, que é interna. Dizer que somos diferentes não basta, é necessário mostrar em que nos identificamos (ORTIZ, 2003). O discurso distintivo da nação brasileira perante as demais, sobretudo aquelas de passado escravocrata, é que, no Brasil, os antagonismos culturais/raciais foram equilibrados e amainados. Essa ideologia fez com que a *United Nations*

Education Scientific and Cultural Organization (UNESCO), a partir do Programa de Pesquisas sobre Relações Raciais no Brasil, finançasse pesquisas sobre as relações raciais no Brasil. Seria como se a UNESCO desejasse entender os segredos da democracia racial, para ensinar às outras nações o sucesso das relações raciais do Brasil.

De acordo com Marcos Maio (1998, p. 17), “[...] é comumente aceito que a imagem paradisíaca das interações raciais no Brasil foi o principal pré-requisito para transformar o País em objeto de interesse e de pesquisa da UNESCO”. A escolha do Brasil não foi fortuita: “[...] o Brasil foi escolhido, em perspectiva comparada com a negativa experiência racial norte-americana, para ser um dos polos de problematização, verificação e superação dos grandes dilemas vividos pela humanidade em matéria étnica” (MAIO, 1998, p. 17). Uma análise sincrônica do projeto da UNESCO, articulada com o cenário mundial, mostra que, na época, o mundo tinha acabado de passar pela Segunda Guerra Mundial (1939-1945), caracterizada, entre outras perversidades, pelo genocídio e pela intolerância racial.

Se a democracia racial teve uma grande eficácia simbólica no passado e, em certa medida, ainda sobrevive no presente, não podemos pensar que no, plano cultural e intelectual, tal ideologia era consenso absoluto. Florestan Fernandes promoveu uma virada argumentativa sobre a interpretação das relações raciais e do racismo, no Brasil. Contrariando a intenção inicial da UNESCO, Florestan Fernandes e outros estudiosos³ questionaram as bases da democracia racial e descobriram que o adjetivo sob o qual repousa a identidade nacional é, de fato, uma falácia. No Brasil, dizia Fernandes (1965-1972) existe racismo sim, e esta prática seria, inclusive, generalizada na sociedade brasileira.

Contudo, este racismo teria uma especificidade. Consubstanciada em Florestan Fernandes, Schwarcz (2003) lembra que existe, no Brasil, uma forma particular de racismo: “[...] um preconceito de não ter preconceito”. Isto é, “[...] a tendência do brasileiro seria continuar discriminando, apesar de considerar tal atitude ultrajante (para quem sofre) e degradante (para quem pratica)” (SCHWARCZ, 2003, p. 202).

³ C. Wagley, Thales de Azevedo, René Ribeiro, Costa Pinto, Roger Bastide, Oracy Nogueira.

Nas práticas cotidianas, o racismo brasileiro seria estabelecido através de meios informais, de maneira mais sutil.

De fato, parece estarmos pisando em solo ambíguo. Para Schwarcz (2003, p. 241):

[...] parece que nos encontramos na encruzilhada deixada por duas interpretações. Entre Gilberto Freyre, que construiu o mito da democracia racial, e Florestan Fernandes, que o desconstruiu, oscilamos bem no meio das duas interpretações, igualmente verdadeiras. No Brasil convivem *sim* duas realidades diversas: de um lado, a descoberta de um país profundamente mestiçado em suas crenças e costumes; de outro, o local de um racismo invisível e de uma hierarquia arraigada na intimidade [...]. O fato é que, no Brasil, “raça” é conjuntamente um problema e uma projeção. É ainda é preciso repensar os impasses dessa construção contínua de identidades nacionais que, se não se resumem à fácil equação da democracia racial, também não podem ser jogadas na vala comum das uniformidades.

O futebol brasileiro dramatiza a ambiguidade e a complexidade, ou, nas palavras de Schwarcz (2003), as “duas realidades diversas” do sistema racial brasileiro. Essa rememoração ocorre, sobretudo, porque as justificativas da derrota teriam dramatizado o debate racial, metonimizado, naquele momento, pelos negros da seleção.

2 O CENÁRIO DA COPA DO MUNDO DE 1950

Em meados do século XX, o Brasil era um país em busca de afirmação. Sedar a IV Copa do Mundo – até então o mais importante evento esportivo realizado no território nacional - contribuiria para a autoafirmação nacional, por vários aspectos. Soares (2002) aponta que a realização desse evento carregava uma série de significados internos e externos para o Brasil. Era a primeira Copa a ser realizada após a Segunda Guerra. Com efeito, as relações internacionais estavam ainda sendo reconstruídas. A decisão em patrociná-la não atendeu somente aos interesses particulares do esporte; outros elementos “entraram em jogo” naquele momento: era um projeto

para divulgar uma nova imagem do Brasil, particularmente da cidade do Rio de Janeiro, então capital federal.

O Maracanã, o maior estádio do mundo, seria o símbolo da “capacidade do brasileiro”. Lembremos que o complexo do “maior”, do “grande”, do “rico” e do “belo” solo, território, matas, rios etc. estão nas elaborações ufanistas da identidade nacional no Brasil, por exemplo, em Celso (1997). A construção do Maracanã foi realizada em tempo recorde. Nas palavras do prefeito Mendes de Moraes, “a prova imortal da grandeza de nosso povo” (PERDIGÃO, 2000, p. 38). O estádio era identificado com o país e abrigava a diversidade do povo brasileiro nas suas arquibancadas (MOURA, 1998).

Com vitórias consecutivas, o Brasil foi, aos poucos, sendo considerado o favorito à conquista da Copa.⁴ O Brasil não estaria somente demonstrando sua capacidade de organização e de realização, mas também o melhor e o mais belo futebol. Esse era o tom das matérias editadas, não apenas no *Jornal dos Sports*,⁵ como também em outros periódicos da época. Nesse momento, o sucesso da seleção contribuiria para que o brasileiro se orgulhasse de si mesmo. A autoafirmação nacional crescia à medida que o Brasil venciam seus adversários. A metonímia era possível: o sucesso do futebol brasileiro e a construção do Maracanã eram alentos para visualizar um futuro vitorioso e grandioso para a nação.

A Copa de 1950 conquistou um espaço privilegiado na memória do futebol brasileiro. Poderíamos arriscar que a derrota da seleção brasileira, naquela Copa, pela ênfase dada por acadêmicos, tanto na época, quanto nos dias atuais, é marcante na memória do futebol nacional. Os textos que relembram aquela final dão o tom do sentimento que se abateu sobre o Brasil após a derrota: os adjetivos para designá-la assumem, geralmente, um tom exacerbado. Por exemplo, o livro “Dossiê 50 – os onze jogadores revelam os segredos da maior

⁴ Até a final, a campanha do Brasil na Copa de 1950 foi a seguinte: Brasil 4 X 0 México, Brasil 2 X 2 Suíça, Brasil 2 X 0 Iugoslávia, Brasil 7 X 1 Suécia, Brasil 6 X 1 Espanha. A convicção de que o Brasil conquistaria a Copa de 1950 tinha por base o seguinte raciocínio: O Brasil venceu a Suécia e a Espanha, respectivamente, por 7 x 1 e 6 x 1. O Uruguai, por sua vez, venceu a Suécia por 3 x 2 (o gol de desempate foi feito nos minutos finais) e empatou em 2 x 2 com a Espanha.

⁵ Jornal da família de Mário Filho.

tragédia do futebol brasileiro” (MORAES NETO, 2000 – o *itálico* é nosso), a “maior frustração que tomou conta de um público gigantesco em um estádio de futebol” ou “a derrota das derrotas” (MOURA, 1998, p. 135).

Ademais, as investigações sobre a lembrança desse evento ainda parecem confirmar, a despeito da ação perecível do tempo, a sua permanência ao nível das memórias individuais. De fato, como atesta Moura (1998), aquela partida transcendeu à condição de fato esportivo para alçar-se às dimensões dramáticas ou mitológicas, convertendo-se em um momento histórico da nação. Ainda sobre esse jogo, o jornalista e dramaturgo Nelson Rodrigues (1994, p. 116) salienta que “cada povo tem a sua catástrofe nacional, algo assim como uma Hiroshima. A nossa catástrofe nacional, a nossa Hiroshima, foi a derrota frente ao Uruguai, em 1950”.

Domingo, 16 de Julho de 1950. Essa deveria ser a data para o coroamento da seleção e a respectiva consagração do Brasil. Mais do que vencer a Copa, o Brasil deveria fazê-lo de uma forma inquestionável, com larga vantagem de gols, para não restar dúvidas da superioridade do brasileiro. Nelson Rodrigues (1994, p. 116) diz ter escutado o narrador Gagliano Netto jurar “o Brasil vai ganhar de 8x0” (RODRIGUES, 1994, p.58). O jornalista complementa, salientando que esse não era um otimismo isolado:

[...] milhões de brasileiros tinham a mesma certeza fanática. O já ganhou instalara-se na alma do povo. E não queríamos uma vitória apertada. O escore pequeno seria humilhante para o nosso orgulho. Queríamos a goleada faraônica. E, por isso, quando diante de 200 mil patrícios, e escrevi 1x0, não bastou para a nossa sede e nossa fome. Exigíamos quatro, cinco, meia dúzia. E aconteceu o que se sabe (RODRIGUES, 1994, p. 116).

Na partida final, o Brasil tinha a vantagem de jogar pelo empate, sob seus domínios, incentivado pelas vozes de aproximadamente duzentos mil torcedores. Realmente, tinha todos os ingredientes para a conquista. O resultado é, há mais de meio século, conhecido, mas, nem por isso, aceito: o Uruguai ignorou a vantagem pelo empate, a

torcida contra e venceu. Venceu o Brasil, no Brasil. Terminada a partida, frente à inconformidade com o placar, a conjunção “se” passou a ser o adversário: o Brasil seria campeão *se* Barbosa não tivesse deixado aquela bola passar, *se* a delegação não tivesse mudado de concentração, *se* a torcida não emudecesse após os gols uruguaios etc.

O fato é que o Brasil perdera para o Uruguai. A comoção foi geral, segundo os relatos.⁶ O resultado foi a frustração coletiva que até hoje, após mais de meio século, repercute na memória popular e na mídia “especializada”. A propósito, Souto (2002) afirma que determinado acontecimento histórico somente perdura, na memória popular, quando se aproxima de um modelo mítico e se torna mais verdadeiro quando confere à história um destino mais profundo e mais rico, mesmo sendo trágico. O sentido de Eliade se confirma quando observamos a constante preocupação acadêmica e midiática com a “Derrota de 50”. O que era para ser uma partida final de Copa do Mundo se transformou em um solo fértil para análises socioantropológicas sobre a sociedade brasileira.

Disse Girardet (1986, p. 55) que “[...] quando a sociedade sofre, ela sente a necessidade de encontrar alguém a quem possa imputar o seu mal, sobre quem possa vingar-se de suas decepções”. No Brasil e em outros países, o futebol é tratado como uma questão nacional. Por isso, é também a partir do futebol que os dramas dessa sociedade desigual e miscigenada são acionados. Com efeito, quando a seleção sofre uma derrota em competições importantes, tendemos a procurar um culpado que possa personificar determinado insucesso, algo bem conhecido na tradição judaico-cristã. As derrotas, curiosamente, não podem ser explicadas simplesmente por uma equipe jogar melhor que o Brasil. Em cada derrota, há mais que futebol: o próprio prestígio e a autoestima da nação estão em jogo (ARCHETTI, 2003). Logo, o “país do futebol” não pode perder pela superioridade de outro, o que contrariaria o sentido e o prestígio de tal adjetivação. Quando o Brasil perde, a explicação é que ele “perdeu para ele mesmo”. Talvez, por isso, as construções das vitórias, ou das derrotas,

⁶ Jornalísticos e de quase toda a literatura sobre o assunto.

sejam “tão reveladoras de sentimentos mais profundos, que não se esgotam em análises técnicas de partidas” (HELAL, 2001, p. 153).

Essa derrota, para Vogel (1982), significou o fracasso e a morte da nação, como um todo. Vale ressaltar que, como aludido, era a mesma nação que começava a se projetar para o mundo desenvolvido. Na tentativa de evitar que esse projeto nacional não fosse também “derrotado” foram reelaboradas, ou reinventadas, as causas da derrota. Aos poucos, foram sendo elaborados os motivos para a vitória uruguaia. As razões são muitas. São seis os principais mitos constitutivos daquela derrota: o suposto tapa do capitão uruguaio no jogador Bigode, o silêncio do Maracanã após o segundo gol, o “já ganhou”, o “não revide”, a “tremedeira” ou a falta de fibra e, finalmente, o “frango” de Barbosa (SOUTO, 2002). Este “frango” – que na linguagem do futebol corresponde a uma falha individual do goleiro que teve como consequência do gol do adversário – despertou o debate racista a respeito das qualidades dos jogadores de origem negra: “Barbosa ficaria marcado pela intolerância racial e culpabilizado pela derrota” (TOLEDO, 2000, p. 72).

A derrota fez emergir as representações racistas internalizadas na cultura brasileira. Gordon Júnior (1996) denuncia que as representações sobre a Copa de 50 se afinam com as teorias do Século XIX que viam o futuro do Brasil com pessimismo, pela presença do negro entre as raças que compunham o povo brasileiro. Tais teorias, quando adaptadas à realidade brasileira, encaravam a miscigenação com pessimismo, que era extensivo ao futuro da nação (SCHWARCZ, 2002): “Enquanto dependermos do negro vai ser assim [...]”, “essa sociedade racialmente impura não poderia mesmo chegar a lugar nenhum”, “para as grandes decisões não era possível contar com os pretos e mestiços. Eles se acovardam, se borram todos. Assim como Barbosa quando estreou no escrete brasileiro” (GORDON JÚNIOR, 1996, p. 72).

As justificativas elaboradas para explicar a “derrota nacional” se assemelhavam àquelas que explicavam o atraso do Brasil. Em função do gol que resultou na vitória do Uruguai, Barbosa foi “eleito” como o principal culpado pelo infortúnio da derrota brasileira, como

observou Moraes Neto (2000), na orelha do seu livro: “teve de carregar nos ombros, até a morte, o peso da maldição do gol de Ghiggia”. Esse peso foi sintetizado pelo próprio Barbosa na frase: “[...] a maior pena que existe para um crime no Brasil é de trinta anos. Mas desde 1950 eu sou condenado”. (MORAES NETO, 2000, p. 118)

A obra de Mário Filho, “O Negro no Futebol Brasileiro”, publicada em sua primeira edição, em 1947, e reeditada em 1964, foi considerada, até bem pouco tempo, uma fonte inesgotável de dados sobre o passado do futebol brasileiro ou sobre as relações sociais neste esporte. Na segunda edição, as narrativas sobre a derrota de 50 ganharam prestígio de “versão oficial” (SOARES, 1998). O racismo, cultivado e denunciado pela reedição de 1964, foi reforçado quando emergiram os culpados pela derrota, quais sejam: Barbosa, Bigode e Juvenal. Mário Filho elegeu esses três jogadores para provar a existência de um preconceito racial no futebol e adjetivou esse processo por “recrudescimento do racismo”, ou seja, um racismo ainda mais intenso.

As crônicas que posteriormente foram escritas por Mário Filho insistem naquela questão. Na comoção que tomou conta do estádio, alguns torcedores acusavam o técnico Flávio Costa:

[...] mas quase todos se viravam contra os pretos do escrete: foi o Bigode! foi o Barbosa! [...] O brasileiro que acusava o brasileiro naturalmente desabafava para ficar de fora. A verdade é que somos uma sub-raça. Uma raça de mestiços, uma raça inferior. Na hora de aguentar o pior a gente se borrava todo (RODRIGUES FILHO, 1964, p. 290).

Soares (2002) constatou que o “recrudescimento do racismo”, construído por Mário Filho, não foi encontrado nos jornais de 1950 nem nos seus próprios escritos, no período que sucedeu o evento. Devemos ressaltar que Mário Filho, imediatamente após a Copa de 1950, não qualificou como racismo a suposta acusação, ou sentimento, de “falta de fibra” ou de “raça”, que reinava no ar. A palavra “raça”, no contexto, “correspondia à ideia de ‘fibra’, de ‘falta de coragem’, de disposição e de amor para a luta, tal como pensava Maquiavel sobre os exércitos patrióticos” (SOARES, 2002, p. 181). Todavia, nossa questão não se situa na apuração dos fatos ou na busca dos

indícios do racismo ocorridos após a derrota de 50. Importa-nos entender como a construção *a posteriori* de Mário Filho sobre o recrudescimento do racismo ganhou força e sobrevive até os dias atuais.

3 ENTRE A HISTÓRIA SOCIAL E A HISTÓRIA CULTURAL SOBRE A DENÚNCIA DE RACISMO

A denúncia do recrudescimento do racismo realizada por Mário Filho tornou-se argumento e objeto de variadas análises em textos acadêmicos (DAMATTA, 1982; VOGEL, 1982; GORDON JÚNIOR, 1996). Os diferentes autores destacam, guardadas as devidas diferenças, que a culpa que recaiu sobre esses jogadores fez renascer as teorias acerca da inferioridade racial brasileira. Segundo esses analistas sociais, a derrota de 50, em conformidade com os sentimentos racistas surgidos naquela época, seria uma prova empírica de que o destino da sociedade brasileira estava fadado ao insucesso devido à sua constituição racial.

Soares (1998) observou que, do ponto de vista da História Social, a denúncia de racismo, a partir de Barbosa, não se sustenta pelos indícios apresentados. Todavia, a rememoração do ponto de vista da História Cultural indica a tensão entre os significados e as representações sobre o racismo e as relações raciais na sociedade brasileira. Cabe lembrar que o material empírico que temos à mão são as inúmeras rememorações da denúncia que a falha do goleiro representou, na época, em termos raciais/psicológicos e, não, em termos técnicos. Tanto é assim que o discurso que denuncia o racismo sofrido por Barbosa indica que o goleiro não teria tido o equilíbrio psicológico necessário para atuar diante de uma situação decisiva. A questão que nos interessa é pensar o que significa a constante lembrança da falha de Barbosa articulada com a subsequente denúncia de racismo nos textos acadêmicos.

No segundo e decisivo gol do Uruguai, a bola teria passado sob seu corpo. Esse lance, para alguns, foi encarado, na época e ainda nos dias atuais, como falha individual. Se tomássemos o gol decisivo no plano da análise do jogo, poderíamos pensá-lo como consequência de

uma falha técnica, independentemente de Barbosa ser negro, ou não. A suposta falha deveria ter sido explicada pela linguagem do plano do jogo. As explicações da derrota desviaram das análises técnicas de uma partida de futebol e foram ancoradas em uma categoria já pré-existente que informam as representações sobre a “raça negra”. No plano simbólico, a derrota brasileira fora explicada pelas representações internalizadas na memória brasileira sobre os negros.

No caso, as representações sobre a “raça negra” preexistem à falha do negro Barbosa. Essa é a questão colocada por aqueles que denunciam o racismo. Ainda que com poucos indícios, os analistas estão denunciando a presença do racismo na sociedade brasileira. Relembrem ditados recorrentes, mas não explicitados, de que “negro não é confiável”, ou o “negro quando não faz na entrada, faz na saída”.⁷ Ora, esse “saber popular” não existe fora das pessoas mas, sim, entre elas, no interior de determinada sociedade (ORTIZ, 2003).

Devemos entender que coexistem dois universos na memória coletiva sobre a derrota de 1950: o do drama, que é revelado no plano simbólico da cultura que denuncia a existência do racismo na sociedade brasileira e aquele, tomando por empréstimo nos termos de Damo (2000, p. 56) da “temporalidade do evento”, em que se destacam os aspectos propriamente do embate futebolístico e, conseqüentemente, as justificativas da derrota se restringem à esfera disjuntiva do jogo e se explicam nas falhas de outros jogadores, não apenas dos goleiros.

Barbosa tornou-se um dos emblemas necessários para denunciar as representações racistas da instabilidade emocional, da falta da racionalidade necessária e, até mesmo, da falta de caráter e de confiança dos negros, para ocupar a estratégica posição de goleiro. Especula-se que a culpa atribuída a Barbosa pela derrota de 1950 fez reacender um preconceito e sua devida denúncia de que “negro não dá para ser goleiro”. Discutindo esse tema, o escritor Luiz Fernando Veríssimo rememora que “[...] quando Barbosa deixou passar aquela bola de Ghiggia, em 50, o preconceito até então disfarçado endureceu

⁷ Rodrigues observou, em uma pesquisa realizada em 1988, em São Paulo, que 22% dos negros entrevistados concordam total ou parcialmente com a assertiva que “negro, quando não faz besteira na estrada, faz na saída”. E 8% deles consideram que os brancos são mais inteligentes do que os negros. (TURRA; VENTURI, 1995, p.26).

e virou superstição” (VERÍSSIMO, 1999, p. 18/19). Essa sensibilidade estaria ainda confirmada nas palavras de Héltton, então goleiro do Vasco da Gama:

[...] sei que havia uma lenda de que goleiro negro era ruim, mas sempre procurei ignorar isso. Mas realmente penso em fazer com que as pessoas esqueçam este tipo de preconceito. Todos somos irmãos.⁸

Esse preconceito se fundamenta pelas representações hegemônicas construídas pela *sciencia* do século XIX que, ao hierarquizar as raças, suspeitava da capacidade racional, moral e psicológica dos negros (SCHWARCZ, 2001; 2002). Essas representações foram construídas diacronicamente e geradas no seio da cultura nacional. Os significados de tais representações são necessários para compreender o terreno sob o qual repousa o contraditório debate racial brasileiro.

Um dos argumentos que ganharam destaque foi a constituição racial da população brasileira. Na mesma direção, Vogel, também tomando Mário Filho como referência, lembra que:

[...] na derrota de 50, os pretos, principalmente Barbosa, Juvenal e Bigode se transformaram em bodes expiatórios para os desastres. Tinha faltado ‘raça’. Para as grandes decisões não era possível contar com pretos e mestiços. Na hora agá eles se acovardam. Esta, em última análise, a nossa inferioridade como nação. A copa de 50 reacendeu uma discussão que vinha dos tempos de Estado Novo – *o problema das deficiências da ‘raça brasileira’* (VOGEL, 1982, p. 99. O *itálico* é nosso).

Não podemos, contudo, nesse momento incorrerem em um anacronismo histórico: as crônicas de Nelson Rodrigues e as obras de Mário Filho foram geradas em um momento específico, em que existia uma grande preocupação com o debate racial.⁹ Relembremos que era naquele mesmo contexto histórico que a UNESCO financiava

⁸ LANCENET. Disponível em: <<http://www.lance.com.br>>. Acesso em: 14 jan. 2000.

⁹ Como aponta Pesavento (2004, p. 93), nas ocasiões em que o “[...] historiador é espectador e/ou participante, comporta riscos, como por exemplo, o do envolvimento direto, com todo o curso das paixões e posicionamentos que acarreta, a prejudicar a distância que ele deve guardar em relação a seu objeto”.

pesquisas no Brasil e que a lei Afonso Arinos foi aprovada, em 1951. Ou seja, estava no centro da discussão a presença do racismo na sociedade brasileira.

Quais sentidos assumem a rememoração de Barbosa? Quando compreendemos que as lembranças estão interligadas a essa rede social ampla, passamos a entender que o passado é atualizado pelas estruturas sociais do presente. Assim, as narrativas mnemônicas que relembram o racismo da sociedade brasileira, através da falha de Barbosa, devem ser destacadas. Tais narrativas devem ser entendidas como pontas de um *iceberg*: aquilo que emerge e aparece na superfície permite levantar questões mais amplas que estão abaixo do nível do mar e acabam por formar condições para que o submerso seja revelado. Existe uma forma de comunicar o racismo submerso na sociedade brasileira, que, por sua vez, opera com uma lógica própria de inclusão e exclusão. E é a partir desse sistema que podemos entender a denúncia de textos acadêmicos sobre o modo de exclusão desse racismo. Não se trata de fazer a história da Copa, mas sim de construir uma nova sensibilidade para entendermos o modo pelo qual a sociedade brasileira aciona seu racismo. Vitimizar Barbosa através da rememoração possui uma função pedagógica: “não podemos ser racistas”.

O discurso ideologizado¹⁰ é que os negros teriam sido integrados à sociedade após a abolição na esteira da democracia racial, diferentemente do contexto norte-americano. Contudo, as acusações de que a derrota foi consequência da presença dos negros na seleção, revelam a seguinte lógica: a crença de que o Brasil não é uma nação racista que opera apenas ao nível do discurso. Nas relações entre os atores, o racismo funciona como um sistema simbólico não revelado explicitamente, em que as ideias, os valores e os atos são produtos formados e informados pelos significados construídos sobre as hierarquias impostas na cultura brasileira. Os discursos que hierarquizavam as raças, para legitimar a escravidão, deslocaram-se para explicar uma suposta inferioridade racial. O reconhecimento da igualdade de direitos entre os cidadãos brasileiros concedidos após a abolição da

¹⁰ No sentido marxista.

escravidão não significou a erradicação dos velhos e atuais preconceitos.

A acusação de racismo, no Brasil, revela explicitamente um repúdio ao pensamento pessimista em relação à constituição étnica do Brasil, fortemente formada por negros. Não podemos esquecer de que a imprensa funciona como uma das guardiãs da memória coletiva e de que as matérias veiculadas, ainda hoje, seguem parcialmente as interpretações de outrora. Se “recordar” é uma ação relacionada à reconstrução do passado por meio de “estruturas sociais” do presente, quais sentidos assumem a constante lembrança da derrota como uma atribuição aos negros da seleção?

O fato das lembranças dessa derrota ter como baluarte os dramas do amálgama raça-racismo revela que esse par é um tema tabu na sociedade brasileira. Ao relembra-lo, revelamos a permanência da ferida da escravidão e da forma particular de racismo que reside na memória nacional. A memória teria a função de tomarmos a culpa atribuída a Barbosa como exemplo negativo. Por que denunciarmos o racismo, ao mesmo tempo em que dizemos que não existe racismo na sociedade brasileira?

A resposta reside na tensão de valores e de significados identitários contrapostos na construção da comunidade imaginária – no sentido de Anderson (1983)¹¹ – da “nação brasileira”. Indica um sentimento de não podemos ser racista na sociedade que sustenta a crença na “democracia racial” numa espécie de discurso moral que reconhece e afirma que o racismo é nocivo e contrário à brasilidade. Iluminada a face do racismo na sociedade brasileira, como ela poderia se orgulhar do mito identitário da sua democracia racial?

Revela também um sentimento de repúdio às formas pelas quais os negros foram explorados, subtraídos de seus direitos e em seus estatutos de humanidade e, sobretudo, da forma como a sociedade

¹¹ Benedict Anderson desenvolveu o conceito de Comunidade Imaginada. A identidade nacional não é inteiramente dependente da idéia que fazemos dela. Sendo assim, e uma vez que não seria possível conhecer todas aquelas pessoas que partilham de uma mesma identidade nacional, devemos ter uma idéia partilhada sobre aquilo que a constitui: “[...] a diferença entre as diversas identidades nacionais reside, portanto, nas diferentes formas pelas quais elas são imaginadas” (WOODWARD, 2000, p. 24).

brasileira é constituída em torno de suas matizes étnicas. As análises atuais de Pena e Birchall (2005-2006) sugerem que, independentemente da sua cor, a vasta maioria dos brasileiros tem um grau significativo de ancestralidade africana, europeia e ameríndia. O genoma de cada brasileiro seria um mosaico altamente variável formado pelas contribuições das três raízes ancestrais corroborando, do ponto de vista biológico, o mito identitário da “fábula das três raças” proposto por DaMatta (1981). Por causa dessa pobre correlação entre cor e ancestrabilidade, não faz sentido falar de “populações” de “brasileiros brancos” ou “brasileiros negros”.

Considerando essa configuração étnica e adotando a “mestiçagem” como uma questão nacional e distintiva, o dilema seria: como o brasileiro pode ser racista? Como o racismo poderia ser tolerado se ele afronta a identidade de um povo constituído em sua maioria de negros e pardos, de acordo com a classificação do IBGE?¹² Como visualizar um futuro de harmonia e progresso para um país quando os 45,37% de negros e pardos na sociedade atual estaria numa situação de desigualdade social, econômica e simbólica?

Ora, parece que estamos, realmente, lidando com uma forma particular de racismo – o “racismo à brasileira” – que se caracteriza pela coexistência de dois movimentos contraditórios: a inclusão e a exclusão (TELLES, 2003). A coexistência desses dois movimentos permite-nos compreender os resultados de uma pesquisa realizada em 1988, em São Paulo, na qual 97% dos entrevistados afirmaram não ter preconceito e 98% - dos mesmos entrevistados – disseram conhecer outras pessoas que tinham, sim, preconceito¹³ (SCHWARCZ, 2003, p. 180). Vejamos que há dois movimentos:

a) Quando 97% dos entrevistados afirmam não ter preconceito, estão afirmando que, no plano individual, o entrevistado não faz distinção entre as diferentes ‘raças’ e, com efeito, inclui a “raça negra” como igualmente valiosa para a totalidade da sociedade brasileira.

¹² www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censo2000. Acessado em 03/05/2005.

¹³ Quando inquiridos sobre qual o grau de relação com aqueles que consideravam racistas, os entrevistados apontavam com frequência parentes próximos, namorados e amigos íntimos: “Todo brasileiro parece se sentir, portanto, como uma ilha de democracia racial, cercado de racistas por todos os lados” (SCHWARCZ, 2003, p. 180).

Ele vê a “fábula da três raças”, no sentido de DaMatta (1981), como verdadeira.

b) No plano coletivo, quando o entrevistado denuncia o “outro” como “o racista”, ele, por dedução, está afirmando que existem pessoas que fazem distinção de “raça”, ou “cor” entre os membros de uma mesma sociedade. Isto é, o Brasil da “democracia racial” seria um país racista.

Esse é o paradoxo da sociedade brasileira. A ideologia nacional sobre o debate racial é eficaz, justamente, por ser contraditória. A eficácia da ideologia nacional prima pela coexistência de duas concepções antagônicas sobre um mesmo objeto: as relações raciais na sociedade brasileira.

No sentido de Ortiz (2003, p. 133), de que “[...] as representações só possuem significados quando encarnam no discurso dos atores sociais”, existe, a partir da memória acadêmica, o reconhecimento de uma ideologia racista na sociedade brasileira, pelo fato de terem culpado os negros pela derrota: estão reconhecendo a presença do racismo na sociedade brasileira e repudiando essa prática no país da “democracia racial”.

Em outros termos, revela uma sobreposição de narrativas sobre o racismo: no plano individual, não seríamos e, não podemos ser, racistas, mas, por outro lado - e contraditoriamente - a sociedade, cujo discurso versa que todos possuiriam alguma gota de “sangue negro”, seria racista. Nessa última, o princípio *jus sanguinis* parece atuar nas representações culturais. As idas e vindas sobre um mesmo tema revelam que o racismo ainda é um dilema político, ideológico e cultural da sociedade brasileira.

What Brazilians Do Not Forget, Not Even Under Threat, Is the So Called 'Frango de Barbosa – a Perspective of Racism in Brazilian Soccer.

Abstract: This paper analyzes the blame attributed to the former goalkeeper Barbosa for the defeat by Brazil in the World Cup of 1950 in the light of the debate on race and racism in Brazil. From the point of view of Cultural History, the presence of the racial debate in scholarly literature (DAMATTA, 1982; VOGEL, 1982; GORDON JÚNIOR, 1996) indicating the ex-goalkeeper as algoz in this defeat, express the meanings of race relations in Brazilian culture. On the symbolic plan, Barbosa became one of the emblems needed to denounce the representations about race and specificity of racism in Brazilian society.

Keywords: Soccer: history. Brazil: Prejudice. World Cup of 1950. Barbosa.

El Qué los Brasileños No Se Olvidan Ni Bajo Amenaza Es el Conocido 'Frango de Barbosa: Una Perspectiva del Racismo nel Fútbol Brasileño.

Resumen: El texto analiza la culpa atribuida al ex- portero Barbosa por la derrota brasileña en el Mundial de Fútbol de 1950 según el debate acerca raza y racismo en Brasil. Según la visión de la História Cultural, la presencia del debate racial en textos académicos (DAMATTA, 1982; VOGEL, 1982; GORDON JÚNIOR., 1996) que señalan el ex-portero como el algoz en la derrota, expresan los significados de las relaciones raciales en la cultura brasileña. Según el plano simbólico, Barbosa se convirtió en un de los emblemas necesarios para denunciar las represen-taciones sobre raza e la especificidad del racismo en la sociedad brasileña.

Palabras-clave: Fútbol: historia. Brasil: Prejuicio. Mundial de Fútbol de 1950. Barbosa.

REFERÊNCIAS

ANDERSON, Benedict. **Imagined communities:** reflections on the origins spread of nationalism. Londres: Verso, 1983.

ARCHETTI, Eduardo. **Masculinidades:** fútbol, tango e polo en la Argentina. Buenos Aires: Antropofagia, 2003.

CELSO, Adolfo. **Por que me ufano do meu país.** 2. ed. Rio de Janeiro: Expressão e Cultura, 1997.

DAMATTA, Roberto. **Relativizando**: uma introdução à antropologia estrutural. Petrópolis: Vozes, 1981.

_____. Esporte na sociedade: um ensaio sobre o futebol brasileiro. In: DAMATTA, R. **Universo do futebol**: esporte e sociedade brasileira. Rio de Janeiro: Pinakotheke, 1982. p. 19 - 42.

DAMO, Arlei Sander. **Futebol e identidade social**: uma leitura antropológica das rivalidades entre torcedores e clubes. Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS, 2002.

FERNANDES, Florestan. **A integração do negro na sociedade de classes**. São Paulo: Dominus-USP, 1965.

_____. **O negro no mundo dos brancos**. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1972.

FREYRE, Gilberto. **Casa grande & senzala**. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio, 1933.

GIRARDET, Raul. **Mitos e mitologias políticas**. São Paulo: Companhia das Letras, 1986.

GORDON JÚNIOR, Cesar. Eu já fui preto e sei o que é isso: história social dos negros no futebol brasileiro: segundo tempo". In: **Pesquisa de campo**. Rio de Janeiro: Editora da UERJ, 1996. p. 65-78.

GUIMARÃES, Antonio Sérgio Alfredo. Preconceito de cor e racismo no Brasil. **Revista de Antropologia**, São Paulo, v. 47, 2004.

HELAL, Ronaldo. Mídia, construção da derrota e o mito do herói. In: HELAL, R.; SOARES, A. J., LOVISOLO, H. **A invenção do país do futebol**: mídia, raça e idolatria. Rio de Janeiro: Mauad, 2001. p. 149 - 162.

LANCENET. Disponível em: <<http://www.lance.com.br>>. Acesso em: 14 jan. 2000.

MAIO, Marcos Chor. Apresentação. In: Pinto, L. A. **O negro no Rio de Janeiro**: relações de raça numa sociedade em mudança. 2ªed. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 1998.

MORAES NETO, Geneton. **Dossiê 50**: os onze jogadores revelam os segredos da maior tragédia do futebol brasileiro. Rio de Janeiro: Objetiva, 2000.

MOURA, Gisella de Araujo. **O Rio corre para o Maracanã**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1998.

ORTIZ, Renato. **Cultura brasileira e identidade nacional**. São Paulo: Brasiliense, 2003.

PENA, Sérgio Danilo Junho; BIRCHAL, Telma de Souza. A inexistência biológica versus a existência social de raças humanas: pode a ciência instruir o etos social. **Revista USP**, São Paulo, n. 68, p. 10-21, dez./fev. 2005-2006.

PERDIGÃO, Paulo. **A anatomia de uma derrota**. São Paulo: L&PM, 2000.

Movimento, Porto Alegre, v. 15, n. 02, p. 13-31, abril/junho de 2009.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. **História e história cultural**. Belo Horizonte: Autêntica, 2004.

RODRIGUES, Nelson. **A pátria em chuteiras**: novas crônicas de futebol. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

RODRIGUES FILHO, Mário. **O negro no futebol brasileiro**. 4. ed. Rio de Janeiro: Mauad, 2003.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. **Retrato em branco e preto**: jornais, escravos e cidadãos em São Paulo no final do século XIX. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

_____. **O espetáculo das raças**. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

_____. Nem preto, nem branco, muito pelo contrário: cor e raça na intimidade. In: NOVAES, F. A.; SCHWARCZ, L. M. **História da vida privada no Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 2003. v. 4, p. 173 – 245.

SOARES, Antonio Jorge. **Futebol, raça e nacionalidade**: releitura da história oficial. 353 f. Tese (Doutorado) – Faculdade de Educação Física, Universidade Gama Filho. Rio de Janeiro, 1998.

_____. Identidade nacional e racismo no futebol brasileiro. In: PRONI, M.; LUCENA, R. (Org.). **Esporte**: história e sociedade. Campinas: Autores Associados, 2002. p. 165-190.

SOUTO, Sérgio Montero. **Imprensa e memória da copa de 50**: a glória e a tragédia de Barbosa. 108 f. Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-Graduação em Comunicação, Universidade Federal Fluminense. Niterói, 2002.

TELLES, Edward. **Racismo à brasileira**: uma nova perspectiva sociológica. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2003.

TOLEDO, Luiz Henrique. **No país do futebol**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000.

TURRA, Cleusa; VENTURI, Gustavo. **Racismo cordial**: a mais completa análise sobre o preconceito de cor no Brasil. São Paulo: Ática, 1995.

VERÍSSIMO, Luiz Fernando. **A eterna privação do zagueiro absoluto**. Rio de Janeiro: Objetiva, 1999.

VOGEL, Arno. O momento feliz - Reflexões sobre o futebol e o *ethos* nacional. In: DAMATTA, R. **Universo do futebol**: esporte e sociedade brasileira. Rio de Janeiro: Pinakotheke, 1982. p. 75 – 115.

WOODWARD, Kathryn. Identidade e diferença: uma introdução teórica e conceitual. In: SILVA, Tadeu da. (Org.). **Identidade e diferença**: a perspectiva dos estudos culturais. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000. p. 7-72.

Recebido em: 22.02.2008

Aprovado em: 16.02.2009